



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2015

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, COMISSIONAMENTO, PROGRAMAÇÃO AJUSTE, LICENCIAMENTO E TREINAMENTO DE USO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, PARA O COMPLEXO PREDIAL DESTA E. TRIBUNAL E PARA O CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Proc. TRF2-EOF-2015/00292

**O Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu (sua) \_\_\_\_\_, **Sr(a).** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2015/00292, em consequência do Pregão Eletrônico nº 148/2015, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015 pelo despacho nº TRF2-DES-2015/\_\_\_\_\_, lavrado à fl. \_\_\_\_ do Processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços de instalação, comissionamento, programação, ajuste, licenciamento e treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação digital, com fornecimento de equipamentos, para o complexo predial desta E. Tribunal e para o Centro Cultural Justiça Federal - CCJF*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato prestação de serviços de instalação, comissionamento, programação, ajuste, licenciamento e treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação digital, com fornecimento de equipamentos, para o complexo predial deste E.Tribunal e o Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, operando na faixa UHF, e atendendo às normas do Ministério das Comunicações / ANATEL, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015 e seus Anexo I e II, na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

### **1.1 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / COMPONENTES DO SISTEMA:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Rádio comunicador portátil digital UHF, sem <i>display</i> , sem teclado, conforme detalhado no item 3.1 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	105
02	Rádio comunicador portátil digital UHF, com <i>display</i> , com teclado, com GPS,, conforme detalhado no item 3.2 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	25
03	Rádio comunicador digital UHF, para uso fixo, sem <i>display</i> , com características e conteúdo conforme detalhado no item 3.3 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	04
04	Estação repetidora digital UHF, com características e conteúdo conforme detalhado no item 3.4 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	04
05	<i>Software</i> para gerenciamento e despacho em rede de radiocomunicação digital, compatível com plataforma de funcionamento com múltiplos <i>sites</i> , com características e conteúdo conforme detalhado no item 3.5 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	01
06	Computador tipo <i>desktop</i> para funcionamento de <i>software</i> de gerenciamento de rede de rádio digital, com características conforme detalhado no item 3.6 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	02
07	Serviços de instalação	01
08	Comissionamento, programação e ajuste do sistema	01
09	Projeto técnico para licenciamento de estações de radiocomunicação junto à ANATEL e demais providências legais, conforme definições elencadas no item 3.7 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	01
10	Treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação fornecido e instalado, conforme definições elencadas no item 3.8 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	01

## **2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

### **2.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

2.1.1 - A Contratada deverá prestar/fornecer todos os serviços/componentes discriminados no item 1.1 deste Contrato, bem como prever os materiais e/ou equipamentos necessários à instalação do sistema tais como ferragens, materiais de consumo, *kit* de programação, *software*, etc;

2.1.2 – Serão de inteira responsabilidade da Contratada todos os custos iniciais decorrentes do projeto técnico do sistema de radiocomunicação, incluindo honorários e taxas emitidas pela ANATEL (PPDUR, PPDESS, TFI, etc);

2.1.3 – A Contratada deverá elaborar plano de frequência, se necessário, bem como efetuar quaisquer outras alterações correlatas aos serviços contratados, sempre com o objetivo de garantir a cobertura do sistema no interior do complexo predial do Contratante e a intercomunicação entre os usuários desses mesmos prédios, sendo ainda de sua responsabilidade a realização de eventuais testes prévios de cobertura, sem ônus para o Contratante;

2.1.4 – Os locais para instalação das estações fixas e repetidoras, bem como o ônus decorrente de sua utilização, serão de responsabilidade do Contratante;

2.1.5 – A interligação IP entre os equipamentos instalados no complexo predial do Contratante deverá ser feita utilizando-se a sua rede privada (“LAN” e “WLAN”), sendo vedada a contratação de provedores externos;

2.1.6 – Toda configuração da rede corporativa do Contratante, necessária ao bom funcionamento do sistema de radiocomunicação, deverá ser solicitada pela Contratada ao Contratante;

2.1.7 – O protocolo do projeto técnico entregue à ANATEL deverá estar incluído na relação de documentos a serem entregues ao Contratante, quando da entrega dos equipamentos objeto do presente Contrato;

2.1.8 – Serão de responsabilidade da Contratada a instalação e o comissionamento de todos os equipamentos nos locais definidos pelo Contratante, conforme tabela a seguir:

ITEM	LOCAL / ENDEREÇO	MUNICÍPIO	TIPO DE RÁDIO
1	Prédio do TRF – Rua do Acre, 80 - Centro	Rio de Janeiro	Estação fixa p/ gerenciamento
2	Prédio do TRF – Rua do Acre, 80 - Centro	Rio de Janeiro	Repetidora c/ link IP
3	Unidade A do TRF – Rua Beneditinos, 24 - Centro	Rio de Janeiro	Repetidora c/ link IP
4	Unidade B do TRF – Rua Visconde de Inhaúma, 68 - Centro	Rio de Janeiro	Repetidora c/ link IP
5	Centro Cultural Justiça Federal -CCJF – Av. Rio de Branco, 243 - Centro	Rio de Janeiro	Repetidora c/ link IP

2.1.9 – A Contratada deverá elaborar projeto técnico para atualização e adequação, junto à ANATEL, das licenças já emitidas e em vigor para o Contratante, a fim de permitir o correto funcionamento do sistema a ser fornecido;

2.1.10 – Caberá à Contratada, na execução do objeto deste Contrato, o atendimento às normas da ANATEL e demais Órgãos Públicos, bem como a previsão de todos os procedimentos legais por eles exigidos na escolha de equipamentos, especificações técnicas, instalação de todos os componentes do sistema nos diferentes locais nas dependências do Contratante e os relativos à legalização do sistema apresentado e aceito pelo mesmo, ficando as despesas decorrentes desses procedimentos legais inteiramente a cargo da Contratada, incluindo pagamento de taxas e impostos requeridos pela ANATEL;

2.1.11 – Todos os transceptores deverão ser fornecidos com os seguintes acessórios: 01 (*uma*) antena, 01 (*um*) *clip* de fixação, 01 (*uma*) bateria reserva, 01 (*um*) carregador de mesa, 01 (*uma*) capa de couro. Os transceptores digitais com *display* deverão ser fornecidos com 01 (*um*) *headphone* com microfone, com tecnologia *Bluetooth*, apropriado para a atividade do Agente de Segurança Judiciária do Contratante;

2.1.12 - O sistema de radiocomunicação deverá funcionar perfeitamente nos locais a serem definidos pelo Contratante, conforme subitem 2.1.4 desta Cláusula, e ainda ser possível a comunicação entre rádios transceptores que estejam posicionados nos endereços fornecidos no **subitem 2.1.8**.

2.1.12.1 – Nos locais a serem definidos pelo Contratante, conforme mencionado no subitem 2.1.4, a comunicação deverá ser de ótima qualidade, e a inteligibilidade das mensagens tanto nos transceptores quanto na central perfeita.

2.1.13 - Deverá ser prevista, no sistema instalado, qualquer tipo de interferência que possa afetar o sistema de radiocomunicação móvel do Contratante, assim como as medidas a serem tomadas para a sua eliminação;

2.1.14 - O projeto implantado deverá conter as soluções propostas explicadas de forma detalhada, embasando todas as opções apresentadas quanto à escolha de tecnologia, tipo de equipamentos, dados de ajustes, etc;

2.1.15 – A execução do levantamento de campo/comissionamento do sistema de radiocomunicação deverá ter como objetivo a identificação de falhas (conceituais e operacionais/execução) no sistema, através da verificação, inspeção e testes, que deverão constar de relatório conclusivo;

2.1.16 - A Contratada deverá, na execução do objeto deste Contrato, buscar configurações e programações que permitam aos usuários e operadores do sistema proposto, o rápido acionamento dos canais de comunicação, possibilitando, inclusive, a escolha automática do canal a ser utilizado, de acordo com a área de localização do emissor e do receptor envolvido;

2.1.17 - Na implantação do sistema não poderão ser apresentadas, em hipótese alguma, soluções que envolvam a utilização de canais de operadoras de telefonia e /ou radiocomunicação digital;

2.1.18 - Deverá constar da documentação fornecida planilha de quantitativos destacando os materiais, equipamentos, dispositivos, acessórios e serviços com suas respectivas quantidades, o preço unitário e o preço global;

2.1.19 - A Contratada deverá fornecer a documentação completa do sistema instalado, com indicação e exata localização dos pontos de repetição, além da especificação técnica completa dos equipamentos a serem utilizados nestes locais e estações fixas. Da mesma forma, deverá constar a especificação técnica completa das antenas a serem instaladas nos diferentes pontos de repetição e pontos fixos, assim como deverão ser indicados tipos de conectores a serem utilizados, acabamentos e presilhas de cabos, *kits* de fixação, fontes de tensão, transformadores, duplexadores, filtros, dispositivos de proteção contra surtos elétricos e demais acessórios necessários à perfeita instalação e funcionamento do sistema;

2.1.20 - A documentação apresentada deverá conter, de forma clara e explícita, os dados de programação e ajuste de todos os elementos que comporão o novo sistema de radiocomunicação;

2.1.21 - Deverá ser ministrado treinamento ao pessoal que operará os equipamentos, com duração de 08 (*oito*) horas, com finalidade de capacitação e habilitação ao bom uso e operação do sistema, incluindo a resolução de falhas, panes e problemas operacionais de funcionamento.

## **2.2 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

2.2.1 - O prazo de execução dos serviços é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, *[no máximo 90 (noventa) dias, conforme Proposta]*, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

2.2.2 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

### **3- CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

3.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

3.3 - A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

3.4 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como às suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Contrato.

3.5 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos a suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

3.6 - A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

3.7 - A Contratada deverá manter seus empregados alocados na execução dos serviços ora contratados, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.

3.8 - A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferir nas atividades do Contratante.

3.9 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério do Contratante, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

3.10 - A Contratada se responsabilizará por quaisquer indenizações devidas aos seus empregados, inclusive àquelas relativas a acidentes de trabalho, decorrentes da execução do presente Contrato.

3.11 - A Contratada se obrigará a designar responsável técnico que acompanhará o Contrato, sendo este o elo com o Contratante, devendo possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual.

3.12 - A Contratada utilizará na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, mão de obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes a realização dos serviços.

3.13– Será responsabilidade da Contratada a obtenção das licenças de funcionamento das estações junto à ANATEL, conforme normas e procedimentos aplicáveis, para que os novos equipamentos digitais, objeto deste Contrato, possam operar em conformidade com a legislação vigente.

3.14 - A Contratada deverá comprovar, **antes do início dos serviços**, que possui em seu quadro, pelo menos:

3.14.1 - 01 (*um*) engenheiro de telecomunicações ou eletrônico, devidamente registrado no CREA;

3.14.2 - 01 (*um*) técnico de telecomunicações ou eletrônico, devidamente registrado no CREA.

3.15 - A Contratada deverá refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante.

3.16 - O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada.

3.17 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.18 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.



**4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:**

**4.1 - DO PREÇO:**

4.1.1 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Rádio comunicador portátil digital UHF, sem <i>display</i> , sem teclado, conforme detalhado no item 3.1 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	105		
02	Rádio comunicador portátil digital UHF, com <i>display</i> , com teclado, com GPS,, conforme detalhado no item 3.2 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	25		
03	Rádio comunicador digital UHF, para uso fixo, sem <i>display</i> , com características e conteúdo conforme detalhado no item 3.3 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	04		
04	Estação repetidora digital UHF, com características e conteúdo conforme detalhado no item 3.4 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	04		
05	<i>Software</i> para gerenciamento e despacho em rede de radiocomunicação digital, compatível com plataforma de funcionamento com múltiplos <i>sites</i> , com características e conteúdo conforme detalhado no item 3.5 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	01		
06	Computador tipo <i>desktop</i> para funcionamento de <i>software</i> de gerenciamento de rede de rádio digital, com características conforme detalhado no item 3.6 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	02		
07	Serviços de instalação	01		
08	Comissionamento, programação e ajuste do sistema	01		
09	Projeto técnico para licenciamento de estações de radiocomunicação junto à ANATEL e demais providências legais, conforme definições elencadas no item 3.7 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	01		
10	Treinamento de uso e operação do sistema de radiocomunicação fornecido e instalado, conforme definições elencadas no item 3.8 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015	01		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO				

(OBS.: Código SIASG 134635)

4.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

4.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes aos serviços deverão estar incluídos no preço apresentado;

**4.1.4 – Os preços são fixos e irredutíveis.**



#### 4.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.2.1 - O pagamento será efetuado **em 03 (três) parcelas**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, conforme discriminado a seguir:

4.2.1.1 – **1ª parcela:** 40% (*quarenta por cento*) do valor global do Contrato, após o fornecimento de todo o material necessário para a implantação do sistema de radiocomunicação portátil;

4.2.1.2 – **2ª parcela:** 40% (*quarenta por cento*) do valor global do Contrato, após a realização dos serviços de instalação e implantação necessários para o perfeito funcionamento de todo o sistema de radiocomunicação portátil;

4.2.1.3 – **3ª parcela:** 20% (*vinte por cento*) do valor global do Contrato, AP[os a total aceitação do sistema de radiocomunicação portátil pelo Contratante, quando da **emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 7.1.2 deste Contrato;**

4.2.1.4 – Por ocasião dos pagamentos, será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

4.2.1.5 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada, não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

4.2.1.6 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 4.2.1.5, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

4.2.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras do Contratante – NUCOMP, situado na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar., de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.jus.br](mailto:dicom@trf2.jus.br).

4.2.3 - Para fins no disposto no subitem 4.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

4.2.4 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

4.2.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

4.2.5 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, em conformidade com o estabelecido no Acórdão 964/2012-Plenário-TCU.

4.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

4.2.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 4.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.2.7 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/03 e legislação municipal aplicável.

4.2.8 - Por se tratar de Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados.

#### **5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

5.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	4.4.90.52.06	085.385	

#### **6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES:**

6.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

6.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

6.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-á ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

6.5 – Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

6.6 - Se as multas dispostas nos itens 6.3 e 6.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

6.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

6.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

6.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 18/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

6.10 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

6.11 – Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

6.12 – O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

6.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

7.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

7.1.1 – ***Provisoriamente*** – Imediatamente após o fornecimento dos equipamentos e a conclusão dos serviços, incluindo o treinamento, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos aos termos contratuais;

7.1.2 – ***Definitivamente*** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e, depois de concluída a vistoria, salvo motivo justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

7.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos deste Contrato.

7.3 – Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais/serviços foram entregues/prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

7.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:**

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 148/2015, e seus Anexos I e II;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/2015, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada às fls. \_\_/\_\_ do Processo;
- c) ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, se houver, fornecido pelo Núcleo de Segurança e Transporte - NUSSET, localizado na Rua Acre, nº 80, térreo, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. \_\_ do Processo.

9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:**

10.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

10.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:**

### **11.1 – DA VIGÊNCIA:**

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 7.1.2 da Cláusula Sétima.

### **11.2 – DA GARANTIA:**

11.2.1 – O prazo de garantia dos serviços é de \_\_ (\_\_\_\_\_) meses, *[no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, conforme Proposta]*, contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

11.2.2 - Durante o período de garantia, a Contratada deverá atender ao chamado técnico formal do Contratante e corrigir, no prazo máximo de 72 (*setenta e duas*) horas após o chamado, às suas expensas, quaisquer falhas que venham a prejudicar a implementação do sistema;

11.2.3 - A Contratada deverá apresentar, sempre que for solicitado, relatório detalhado dos serviços executados;

11.2.4 – O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, qualquer componente do sistema que, comprovadamente, não atenda às necessidades especificadas, ficando a Contratada obrigada a corrigi-lo e regularizá-lo junto à ANATEL, sem qualquer ônus para o **Contratante**;

11.2.5 – Obriga-se a Contratada a prestar garantia sobre o sistema em funcionamento e aceito pelo Contratante.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

12.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei

nº 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

12.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la **válida e atualizada**.

12.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

12.4 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

12.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

12.6 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

13.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 10.192 de 14/02/2001 e Lei nº 9.069 de 29/06/95.

14.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.



